

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ÀS ATIVIDADES DE PROJETOS PAISAGÍSTICOS, FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E CONSERVAÇÃO EM PRAÇAS, PARQUES URBANOS, JARDINS, MONTES DE ORAÇÃO E DEMAIS ÁREAS VERDES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

1. APRESENTAÇÃO

Trata-se da contratação de **Serviço de Apoio Técnico à Fundação Parques e Jardins nas atividades de projetos paisagísticos e fiscalização de contratos de obras e conservação no tocante às praças, parques urbanos, e demais áreas verdes da Cidade do Rio de Janeiro**, por meio de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço global, sob o regime de empreitada por preço unitário, visando recuperar, manter e conservar as áreas mencionadas, em consonância com as demandas pertinentes à Fundação Parques e Jardins.

2. JUSTIFICATIVA

Este termo tem por objetivo estabelecer as exigências técnicas e a metodologia para o gerenciamento e acompanhamento técnico dos serviços a serem executados no âmbito da Fundação Parques e Jardins, e se justifica com a necessidade de complementar e subsidiar as ações realizadas, dispondo dos recursos materiais e humanos minimamente necessários, através da contratação de serviços técnicos de apoio no desenvolvimento de estudos, levantamentos topográficos, projetos, planejamento de ações ambientais, estimativas de custo e orçamentos.

Nesse viés, o serviço de apoio surge como uma ferramenta de suporte às atividades realizadas pela CONTRATANTE, no que tange o quantitativo, especialmente nas áreas técnicas especializadas, potencializando a capacidade do órgão em atender plenamente e com celeridade às demandas crescentes relacionadas ao planejamento, desenvolvimento de projetos, acompanhamento e fiscalização das intervenções arbóreas, urbanísticas e paisagísticas.

O estudo técnico preliminar, ao identificar a necessidade a ser atendida por meio da presente contratação, destacou entre as medidas propostas a realização do assessoramento técnico e gerencial dos contratos, visando o perfeito andamento e execução das obras de forma otimizada e em consonância com as programações previamente planejadas, garantindo assim maior economicidade e eficiência.

Dessa maneira a Fundação Parques e Jardins garante seu papel institucional através da promoção da conservação das praças, parques e demais áreas verdes, ampliando, inclusive, o acesso a essas áreas de lazer no Município do Rio de Janeiro, considerando as expectativas da população da cidade e visitantes que, por diferentes motivações e anseios, estão cada vez mais à procura das áreas naturais protegidas, de lazer e recreação da nossa cidade.

Portanto, a contratação de empresa especializada mostra-se necessária, constituindo uma medida essencial para fortalecer a capacidade técnica e operacional da Fundação Parques e Jardins, garantindo maior eficiência na condução das atividades institucionais e ampliando a capacidade de resposta do poder público diante das demandas da população.

Esta contratação será gerenciada pela Diretoria de Planejamento (DPL), na qual são desenvolvidos os estudos, projetos, estimativas e orçamentos, em parceria com a Diretoria de Obras (DCO), responsável pela execução das obras, vistorias e processos de fiscalização e pela Diretoria de Arborização (DARB), responsável por todas as ações pertinentes à arborização urbana.

3. OBJETO

Trata-se da execução de “Serviços de elaboração de diagnósticos técnicos, vistorias e relatórios de vistorias, parecer técnicos de arborização urbana, realização de levantamentos topográficos, desenvolvimento de anteprojetos, projetos e orçamentos voltados à requalificação de parques urbanos, praças, jardins, montes de oração e demais áreas verdes da cidade”, tendo como finalidade central garantir o suporte na realização de atividades complementares da Fundação Parques e Jardins.

Conforme o embasamento dado pelo ETP, refere-se a atividades voltadas ao apoio para requalificação de parques urbanos, praças, jardins, montes de oração e demais áreas verdes da cidade.

O objeto descrito neste Termo de Referência é caracterizado como comum, tendo em vista que foi objetivamente definido neste documento por meio de especificações usuais do mercado.

Trata-se de objeto disponível em mercado próprio, fornecido habitualmente, independentemente da demanda da Administração, de forma padronizada, sem a exigência de atendimento de qualquer especificidade ou variantes de adequação.

4. OBJETIVO GERAL

Consiste no gerenciamento e apoio dos serviços de estudos, projetos, orçamentos, assessoria operacional para obras de recuperação, conservação e manutenção das praças, jardins, montes de oração e demais áreas verdes da cidade do Rio de Janeiro.

5. NATUREZA DOS SERVIÇOS

O presente processo licitatório será na *Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço Global, sob o regime de empreitada por preço unitário*, para o **Serviço de Apoio Técnico à Fundação Parques e Jardins nas atividades de projetos paisagísticos, fiscalização de contratos de obras e conservação, no tocante às praças, parques urbanos, e demais áreas verdes da Cidade do Rio de Janeiro**, na forma deste Termo de Referência, a serem prestados de acordo com a demanda da Fundação Parques e Jardins, devidamente definidos com as características e nas condições nele especificadas.

O objeto descrito neste Termo de Referência é caracterizado como serviços de **natureza comum**, tendo em vista que se referem a atividades de engenharia, fornecidas habitualmente e de demanda recorrente, independente da demanda da Administração, que, por se tratarem de serviços de apoio à elaboração e acompanhamento de projetos de

intervenção, são objetivamente padronizáveis em termos dos elementos que os integram, para aferição de desempenho e qualidade.

Os quantitativos apresentados neste Termo de Referência representam necessariamente a sua utilização durante todo o tempo dentro do período contratual, limitando-se às quantidades previstas no orçamento, devendo ser considerados para efeito de faturamento apenas os serviços efetivamente prestados e atestados pela fiscalização.

6. ESTIMATIVA

Os serviços descritos no presente processo foram orçados no valor de **R\$ 6.044.694,65 (seis milhões e quarenta e quatro mil, seiscentos e noventa e quatro reais e sessenta e cinco centavos)**, com base nos preços unitários, desonerados, praticados pelo SCO-RIO do mês de março de 2026, conforme Decretos n.º 15.307 de 29/11/96 e n.º 15.550 de 28/02/97, já incluso o BDI de 18% aplicado uniformemente sobre todos os itens unitários perfazendo o referido valor total, conforme anexo correspondente.

O fator “K” foi utilizado para composição dos preços unitários deste orçamento, devendo a proposta de preços seguir a mesma linha, aplicando-se fator multiplicador “K” (desconto ofertado pelo licitante) menor ou igual a 1, linearmente em todos os itens unitários resultando no valor total proposto no certame. Fica demonstrada a seguir, a aplicação do fator K no momento do orçamento e no momento da apresentação das propostas:

- Formação do preço unitário com aplicação de BDI (fator K):

Fórmula: $PUF_i = PU_i \times \left(1 + \frac{BDI}{100}\right)$ Adotando-se o BDI = 18%, tem-se: $PUF_i = PU_i \times \left(1 + \frac{18}{100}\right)$ $PUF_i = PU_i \times 1,18$	Onde: PUF = Preço Unitário (de cada item do orçamento com BDI); PU = Preço Unitário (valor extraído do catálogo SCO-RIO); BDI = Benefícios e Despesas Indiretas; n = Quantidade de itens; i = Número do item; QTD = Quantidade de itens.
---	---

- Formação do valor total da proposta (fator K): (colocar a gravura)

$$VALOR\ TOTAL\ DA\ PROPOSTA = \sum_{i=1}^n [PUF \times (1 - \frac{descont}{100})]$$

7. PRAZO

O prazo de execução dos serviços é de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos**, a partir da assinatura do contrato e de acordo com o Cronograma físico-financeiro, podendo, por interesse e em subsistindo necessidade da administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração nos termos do artigo 107, da Lei nº 14.133, de 2021.

8. ESCOPO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A presente contratação, fundamentada no Estudo Técnico Preliminar - ETP e nos demais documentos que integram este Termo de Referência, busca assegurar o adequado cumprimento de todas as etapas necessárias à implementação dos Projetos e Programas realizados da Fundação Parques e Jardins – FPJ.

A empresa CONTRATADA deverá prestar serviços técnicos de apoio à FPJ, contemplando a elaboração de diagnósticos técnicos, vistorias e relatórios de vistoria, pareceres técnicos de arborização urbana, realização de levantamentos topográficos, desenvolvimento de projetos e orçamentos voltados à implantação e requalificação de parques urbanos, praças, jardins, montes de oração e demais áreas verdes da cidade, bem como atividades de georreferenciamento e cadastramento de pontos de plantio para o desenvolvimento do Programa Planta+Rio, presente no plano de metas municipal.

Para a execução desses serviços, a empresa deverá disponibilizar equipe técnica habilitada e os recursos de apoio logístico necessários, garantindo o suporte adequado às atividades de

planejamento, desenvolvimento de projetos, acompanhamento das intervenções e controle da execução dos serviços.

Diante da natureza dos serviços, impõe-se a habilitação da empresa e/ou do responsável técnico junto aos conselhos regulamentadores, nas áreas de engenharia, arquitetura e experiência na área de engenharia florestal, agronomia ou biologia. Sendo necessária a apresentação de visto junto ao CAU-RJ ou CREA-RJ no momento da contratação.

A inclusão de profissional com experiência na área de Engenharia Florestal, Agronomia ou Biologia no rol de serviços, objeto da presente contratação, mostra-se necessária e tecnicamente adequada, considerando as atribuições institucionais da Fundação Parques e Jardins – FPJ, especialmente no que se refere ao planejamento, implantação, especificação, manejo, conservação e monitoramento da arborização urbana e das áreas verdes do Município do Rio de Janeiro, sem prejuízo de correspondência com as condições estabelecidos para o credenciamento previstos na Portaria FPJ “N” Nº 004/2025, de 01 de outubro de 2025.

Nesse contexto, os serviços a serem prestados compreenderão a execução das atividades de: Apoio Técnico no Desenvolvimento de Estudos e Projetos; Apoio Técnico ao Acompanhamento de Projetos, Obras e Serviços; Elaboração de Diagnóstico e Pareceres Técnicos, Levantamento Topográfico, Desenvolvimento de Projetos Paisagísticos e Orçamento para as obras de requalificação no tocante às praças, parques urbanos, jardins, montes de oração e demais áreas verdes municipais e Gerenciamento e Administração Local, de acordo com as demandas da Fundação Parques e Jardins.

8.1 Apoio Técnico no Desenvolvimento de Estudos e Projetos

No âmbito desta ação, a CONTRATADA deverá apoiar na elaboração de estudos e projetos paisagísticos, propondo soluções de engenharia junto ao corpo técnico da Fundação Parques e Jardins - FPJ.

A equipe técnica da CONTRATADA deverá ser capaz de realizar, quando necessário, funções de pesquisa, levantamento de dados, vistorias, elaboração, adequação, compatibilização, complementação, acompanhamento e execuções dos projetos paisagísticos desenvolvidos por esta fundação.

8.2 Apoio Técnico ao Acompanhamento de Projetos, Obras e Serviços

A CONTRATADA deverá dar apoio às Comissões de Fiscalização de projetos, obras e serviços da Fundação Parques e Jardins - FPJ que estejam em andamento, com atividades de acompanhamento da execução de projetos, obras e serviços contratados, realizando:

- Análise de projetos paisagísticos com base nas portarias institucionais vigentes.
- Desenvolvimento, em conjunto com o corpo técnico da FPJ, de respostas a questionamentos sociais por meio dos portais de 1746, por exemplo.
- Elaboração de documentos técnicos, incluindo relatórios de arborização urbana;
- Cronograma Executivo – acompanhar e atualizar o cronograma físico-financeiro (previsto/executado) conforme vistorias e relatórios fotográficos;
- Análise periódica e comparativa dos serviços executados e a executar, de modo a manter permanentemente atualizadas as previsões globais de quantidades, custos e prazos, identificando previamente as possíveis ocorrências de desvios e registrando sempre por itens de obra;
- Identificação do comparativo entre o planejado e o executado em relação aos indicadores e projetos adotados para controle das intervenções previstas;
- Auxiliar a Fundação Parques e Jardins - FPJ na elaboração da medição e quantificação dos serviços executados e tecnicamente aprovados, de acordo com o contrato de execução das empreiteiras. Medições estas, devidamente justificadas, acompanhadas da memória de cálculo detalhada e relatório fotográfico;
- Verificação do cumprimento das exigências técnicas e apresentação em relatório de histórico das ocorrências e dos atendimentos relacionados aos transtornos causados pela obra;
- Avaliação do desempenho das empreiteiras na execução das obras e serviços. Caso ocorra a não conformidade com os projetos executivos, caberá a CONTRATADA acionar a Fiscalização da Fundação Parques e Jardins - FPJ;
- Proposição de medidas a serem tomadas para cumprimento dos cronogramas de execução e demais dispositivos contratuais, assim como para a recuperação dos eventuais atrasos que possam surgir durante o andamento das obras;

- Execução de serviços de levantamento, mapeamento, georreferenciamento e gestão de pontos potenciais de plantio, visando ao incremento, planejamento e ordenamento da arborização urbana no âmbito do Município.
- Auxiliar na elaboração de planejamento técnico para implantação de plantios compensatórios, incluindo definição de espécies, nos moldes dos parâmetros definidos na Portaria FPJ “N” Nº 03/2025, quantitativos, espaçamento, metodologia de plantio e diretrizes de manutenção, em conformidade com a legislação ambiental vigente e orientações dos órgãos competentes;
- Desenvolvimento de estudos e diretrizes para implantação de corredores ecológicos, como por exemplo, o Programa Planta+Rio, visando à conectividade entre áreas verdes e fragmentos de vegetação, com as espécies indicadas, seguindo a definição de áreas prioritárias e estratégias de manejo.

8.3 Elaboração de Diagnóstico e Pareceres Técnicos, Levantamento Topográfico, Anteprojetos, Desenvolvimento de e Orçamento para recuperação, conservação e manutenção de parques urbanos, praças, jardins, montes de oração e demais áreas verdes da cidade.

A CONTRATADA deverá elaborar estudos técnicos, relatórios de vistorias, pesquisas, levantamentos e projetos necessários à recuperação, conservação e manutenção das praças, parques urbanos, jardins, montes de oração e demais áreas verdes municipais, contemplando as etapas de diagnóstico, levantamento, desenvolvimento de projeto básico e executivo, elaboração de estimativas e orçamentos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na OT nº 01/2006 do IBRAOP, bem como com as normas técnicas brasileiras e exigências dos órgãos públicos competentes.

a. Levantamento Topográfico

Deverá ser realizado levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral, executado conforme as normas e especificações técnicas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em área com características de topografia acidentada e não acidentada, vegetação tênue, elementos naturais relevantes e presença eventual de mobiliários e elementos leves,

pequenas estruturas da construção civil ou pequenas edificações, abrangendo áreas de até 4 hectares, na escala mínima de 1:500.

O levantamento deverá identificar e representar todos os elementos existentes na área de estudo, incluindo, entre outros:

- Postes de iluminação e redes existentes;
- elementos naturais relevantes como rochas e formações rochosas;
- árvores, com registro de dados dendrométricos (diâmetro do tronco à altura do peito – DAP, diâmetro e altura da copa e cota do terreno);
- bancas de jornal, elementos leves e pequenas estruturas da construção civil;
- ralos, dispositivos de drenagem e hidrantes;
- lagos, espelhos d'água e elementos paisagísticos;
- bancos, equipamentos de lazer e playgrounds;
- muros, edificações e demais estruturas existentes;
- dispositivos de drenagem, com indicação da cota de fundo.

Os desenhos técnicos deverão ser apresentados preferencialmente na escala 1:250, podendo ser utilizados também na escala 1:500, conforme a complexidade da área e ao critério da fiscalização.

Entrega do Material Topográfico

O material produzido deverá ser entregue à Fundação Parques e Jardins, contendo:

- Arquivos digitais dos levantamentos elaborados em AUTOCAD, formato dwg, incluindo o CTB utilizado para o desenho;
- arquivos organizados em mídia digital;
- Arquivos impressos em tamanho (a ser definido pela fiscalização, onde será avaliado caso a caso).

A CONTRATADA deverá manter em seus arquivos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, as cadernetas de campo e registros técnicos referentes aos levantamentos realizados, para eventual conferência ou auditoria.

b. Desenvolvimento dos Projetos

A Fundação Parques e Jardins indicará as áreas objeto de intervenção, acompanhará o desenvolvimento dos trabalhos e formalizará o aceite técnico de cada área após a conclusão das etapas de projeto.

Os projetos deverão observar:

- normas técnicas brasileiras aplicáveis;
- diretrizes estabelecidas pela OT nº 01/2006 do IBRAOP;
- exigências das concessionárias de serviços públicos;
- regulamentações municipais aplicáveis.

A proposta de intervenção resultante do Estudo Preliminar será de responsabilidade da CONTRATADA, estando sujeita à aprovação ou solicitação de ajustes pela fiscalização.

Quaisquer dúvidas relativas ao desenvolvimento dos trabalhos deverão ser encaminhadas à fiscalização para esclarecimento e orientação.

Etapas de Desenvolvimento do Projeto

O projeto somente será considerado aceito após a conclusão das seguintes etapas:

- **Diagnóstico**

Caracterização da área de intervenção, incluindo pesquisa histórica, análise das condições físicas, ambientais, urbanísticas e paisagísticas, bem como identificação das potencialidades e restrições do local.

- **Anteprojeto**

Elaboração da proposta preliminar de intervenção contendo:

- Definição de fluxos de circulação;
- Desenvolvimento do programa do local e suas respectivas áreas;
- Setorização das atividades previstas no programa do parque, praças e demais áreas verdes do município;
- Estudo de implantação e organização espacial;
- Estudo de massa da vegetação arbórea e arbustiva, incluindo sugestões de espécies.

- **Projetos Básico e Executivo**

Os projetos deverão conter, no mínimo:

- Planta geral de locação, com todas as cotas necessárias à execução geométrica do projeto, incluindo jardins, pavimentação, equipamentos, mobiliário urbano e demais elementos construídos;
- Planta geral de pisos, indicando os materiais especificados e o padrão de desenho das pavimentações;
- Planta de plantio, contendo a identificação de toda a vegetação existente e proposta, acompanhada de quadro de legendas com indicação de espécies, porte, densidade de plantio e quantitativos de mudas;
- Cortes transversais e longitudinais, em quantidade suficiente para o entendimento da solução projetual e das diferenças de nível do terreno;
- Vistas, detalhamentos construtivos e imagens ou fotomontagens, necessários para a adequada execução dos elementos previstos no projeto.

Entrega dos Projetos

Os projetos deverão ser entregues à Fundação Parques e Jardins em formato digital, contendo:

- Arquivos editáveis em AUTOCAD, formato dwg, incluindo o CTB.
- Demais arquivos técnicos necessários ao entendimento e execução do projeto.

8.4 Gerenciamento e Administração Local

Para a execução dos trabalhos, cada membro da equipe contratada (que poderá ficar à disposição da Fundação Parques e Jardins em tempo integral de acordo com a conveniência/necessidade), deverá estar provido dos equipamentos necessários ao bom andamento dos serviços (computador ou notebook e EPI). O efetivo mínimo de técnicos, assim como todos os serviços e os seus respectivos quantitativos estão especificados na Memória de Cálculo e Orçamento, anexos a este documento.

A equipe deverá possuir domínio comprovado dos seguintes softwares técnicos:

- AUTOCAD
- REVIT ou ARCHICAD
- ARCGIS ou QGIS
- SKETCHUP
- ADOBE PHOTOSHOP
- ADOBE ILLUSTRATOR, CORELDRAW ou ADOBE INDESIGN.

8.5 Análise da CODESP

Em razão da natureza da contratação pretendida, relativa ao prestação de serviços de engenharia e arquitetura, na forma de apoio e gerenciamento por meio de estudos, projetos, orçamentos e assessoria operacional para obras e Não se faz necessária a remessa do presente processo à Comissão de Programação e Controle da Despesa de Pessoal – CODESP, uma vez que o objeto da contratação refere-se à prestação de serviços de gerenciamento e apoio dos serviços de estudos, projetos, orçamentos, assessoria operacional para obras de recuperação, conservação e manutenção das praças, jardins, montes de oração e demais áreas verdes da cidade do Rio de Janeiro, não configurando fornecimento ou alocação de mão de obra preponderante para execução de atividades da administração.

8.6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

8.6.1 Critérios de Sustentabilidade

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133, especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas, a execução dos serviços previstos neste Termo de Referência deverá observar critérios e práticas que promovam a sustentabilidade ambiental, a eficiência no uso de recursos naturais e a redução de impactos ambientais.

Nesse sentido, a CONTRATADA deverá considerar, sempre que aplicável, os seguintes critérios de sustentabilidade:

1. Uso racional de recursos naturais, incluindo água, energia e materiais utilizados nas atividades de campo e nos processos de elaboração de estudos e projetos;
2. Priorização de materiais, tecnologias e soluções construtivas ambientalmente adequadas, com maior durabilidade, menor impacto ambiental e possibilidade de reutilização ou reciclagem;
3. Redução da geração de resíduos, bem como adoção de práticas adequadas de destinação e manejo ambientalmente correto dos resíduos eventualmente gerados nas atividades;
4. Priorização de soluções baseadas na natureza, valorizando a arborização urbana, o aumento da permeabilidade do solo e a ampliação das áreas verdes;
5. Adoção de técnicas e soluções de drenagem sustentável, contribuindo para a redução de alagamentos e melhoria do manejo das águas pluviais;
6. Priorização de espécies vegetais nativas ou adaptadas ao bioma local, reduzindo a necessidade de manutenção intensiva e promovendo a biodiversidade urbana;
7. Utilização de tecnologias e métodos de trabalho que reduzem emissões e impactos ambientais, sempre que tecnicamente viável.

Os estudos, diagnósticos e projetos desenvolvidos deverão buscar soluções que promovam equilíbrio ambiental, eficiência urbana e melhoria da qualidade de vida da população, em consonância com a missão institucional da Fundação Parques e Jardins de planejar e estruturar espaços públicos verdes, contribuindo para uma cidade mais sustentável, resiliente e humanizada.

8.7 REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

Os serviços serão realizados de acordo com o Contrato de Prestação dos Serviços e em consonância com o Edital e todos os seus Anexos.

Caberá à CONTRATADA a inteira responsabilidade pela qualidade dos serviços junto à Fundação Parques e Jardins - FPJ, devendo observar as normas técnicas e as competências profissionais pertinentes.

8.8 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A CONTRATADA deve apresentar prova de possuir no seu quadro permanente, na data da licitação, profissional, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços com características semelhantes ao objeto da licitação, limitadas exclusivamente à parcela de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

Apresentar comprovação de possuir, em seu quadro técnico profissional de nível superior com formação em Engenharia Civil e/ou Arquitetura e Engenharia Agrônoma e/ou Engenharia Florestal e/ou Biologia, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU e/ou Conselho Regional de Biologia - CRBio, competente da região a que estiver vinculado a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto e detenha atestado de responsabilidade técnica compatível em características, quantidades e prazos com os serviços descritos na parcela de maior relevância técnica desta contratação (item 8.2).

O requisito de tratar-se de profissional do quadro permanente da empresa será caracterizado por vínculo societário ou empregatício, devidamente comprovado por contrato social ou

estatuto atualizado, no primeiro caso, e por ficha de registro de empregado devidamente autenticada no segundo caso.

8.9 PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA

- Projeto básico para urbanização/urbanização de áreas, visando a organização espacial e das atividades, devendo contemplar: sistema viário, passeios, praças, arborização
- Projeto Executivo para urbanização/reurbanização para tratamento paisagístico de áreas públicas;
- Projeto Executivo para tratamento paisagístico com especificação vegetal legendada e quantificada, em áreas públicas;

Justificativa: São serviços básicos de arquitetura e engenharia, com necessidade de especificações no campo da biologia, para elaboração, controle e gestão de serviços de engenharia/arquitetura , com objetivo de comprovação mínima de experiência anterior em serviços dessa natureza, visando preservar o bom desempenho da atividade, não limitando a competitividade do certame licitatório.

Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional deverão participar do objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração, como mencionado no item 8 - ESCOPO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, que descreve os profissionais e seus respectivos conselhos.

As atividades atreladas ao conhecimento em botânica e manejo arbóreo estão relacionados indiretamente aos itens de maior relevância, em razão de conhecimento técnico específico no campo da engenharia florestal, agronomia ou botânica, necessários na especificação das espécies no processo de desenvolvimento de projetos paisagísticos. Além de estar em consonância com a missão da Fundação Parques e Jardins, sendo um conhecimento essencial na fiscalização das intervenções arbóreas, levantamentos de pontos de plantio e especialmente no que se refere ao planejamento, implantação,

especificação, manejo, conservação e monitoramento da arborização urbana e das áreas verdes do Município do Rio de Janeiro.

8.9.1 Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. (CAPACITAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL)

8.9.2 Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

8.9.3 Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação da Comissão de Licitação quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 337-F e 170 caput e seus parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/21.

8.9.4 Declaração formal da licitante indicando a localização das instalações dedicadas ao desempenho de sua atividade, acompanhada de cópia do respectivo Alvará de Funcionamento, quando for o caso.

8.9.5 Declaração formal da licitante no momento da licitação, que atende a exigência contida no item 12 deste Termo, referente à exigência de disponibilização de determinados bens/equipamentos quando solicitada.

9. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A Contratada deverá manter disponível um profissional habilitado pelo CREA ou CAU no ramo de Engenharia ou Arquitetura demonstrando sua aptidão como responsável técnico neste tipo de serviço, experiência e compatibilidade de atribuições com os serviços a serem executados.

Esse profissional deve fazer parte do acervo técnico da Contratada apresentado na documentação de habilitação na fase licitatória. Será expresso no contrato como o representante da Contratada perante a Fiscalização em todos os seus atos, devendo esta providenciar sua anotação ou registro de responsabilidade técnica (ART ou RRT).

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1 Local de prestação dos serviços

A prestação dos serviços constantes deste Termo de Referência deverão ser executados nas dependências da CONTRATANTE, e/ou nos locais designados pela mesma, de forma a propiciar a sua melhor operacionalização.

As ações mais administrativas como desenvolvimento de projetos, devem ser executadas na sede, nos hortos e nas demais edificações da Fundação Parques e Jardins. Os serviços de acompanhamento de obras devem ser desenvolvidos nas diversas áreas do município do Rio de Janeiro, contemplados pelos projetos e programas da Fundação parques e Jardins – FPJ.

10.2 Regime de Trabalho

O regime de trabalho será diurno, salvo se for de interesse da empresa CONTRATADA para recuperação de atrasos porventura ocorridos, ou em casos específicos, por interesse da Administração.

A carga horária deverá ser cumprida nos dias úteis da semana, salvo em caso de eventos de interesse da administração como ações, mutirões, seminários e outras atividades correlatas.

10.3 Diretrizes gerais para execução do objeto

A CONTRATADA deverá iniciar os trabalhos após a assinatura do contrato e em seguida deverá apresentar-se na sede da Fundação Parques e Jardins representado pelo Engenheiro/Arquiteto indicado na proposta como Responsável Técnico, de modo a tomar conhecimento das normas estabelecidas, e demais condições exigidas.

10.3.1 Providências Necessárias para a Realização dos Serviços:

A CONTRATADA deverá fornecer mão de obra, todos os materiais de consumo para os serviços e veículos (até o limite estabelecido em contrato) necessários, que possibilitem imprimir andamento aos trabalhos, suficiente para a condução dos mesmos no prazo previsto.

10.3.2 Equipamentos:

A CONTRATADA deverá dispor do número e tipos de veículos nas condições definidas na Planilha de Orçamento, além de equipamentos, programas e demais instrumentos que viabilizem a execução eficiente do trabalho.

10.3.3 Mão-de-Obra, experiência e substituição:

A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão-de-obra, equipamentos e serviços especializados necessários, para executar com perfeição e integralmente as atividades relacionadas com os serviços objeto deste escopo, limitadas às quantidades e diversidades previstas na Planilha Orçamentária.

A qualificação técnica da licitante será comprovada através da apresentação, ainda na fase licitatória, de certidões ou atestados fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/21, para execução dos serviços relativos às parcelas de maior relevância técnica abaixo relacionadas:

- Projeto básico para urbanização/urbanização de áreas, visando a organização espacial e das atividades, devendo contemplar: sistema viário, passeios, praças, arborização
- Projeto Executivo para urbanização/reurbanização para tratamento paisagístico de áreas públicas;
- Projeto Executivo para tratamento paisagístico com especificação vegetal legendada e quantificada, em áreas públicas;

Para fins de contratação, visando a comprovação de qualificação técnico profissional, a licitante deverá apresentar declaração ou qualquer outro meio comprobatório de disponibilidade do profissional técnico responsável, devidamente registrado no CREA e/ou CAU e/ou CRBio, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviços de características semelhantes apresentado, para comprovação de aptidão relativa às parcelas de maior relevância técnica.

Alternativamente, é admitida a apresentação de atestado em nome da empresa, na qual conste o nome do responsável técnico, bem como, também deverá ser apresentada a ART baixada ou CAT, comprovando a responsabilidade dos serviços executados pelo profissional constante do atestado.

A CONTRATADA deverá providenciar o Termo de Responsabilidade Técnica (RRT/ART/TR) junto ao CREA/CAU, referente ao gerenciamento por parte dos Engenheiros/Arquitetos da CONTRATADA.

Em atenção às disposições do parágrafo único do art. 1º da Portaria “N” FPJ Nº 04/2025, poderão ser admitidos, mediante análise da Comissão, profissionais que apresentem experiência comprovada em atividades técnicas relacionadas à urbanização urbana ou manejo arbóreo, demonstrada por meio de atestados de capacidade técnica emitidos em nome do profissional.

A relevância técnica destes serviços se justifica pelo fato de se tratarem de atividades que, embora habituais dentro da engenharia civil, arquitetura, engenharia florestal, agronomia e botânica, exigem mão de obra especializada e conhecimento técnico dotado de experiência profissional compatível com as demandas, de forma garantir a qualidade dos serviços

realizados, especialmente no que diz respeito ao apoio para o desenvolvimento de ações de incremento da arborização urbana nos espaços públicos.

10.3.4 Premissas de Serviços e Projetos

Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão resultar na elaboração e entrega de produtos técnicos compatíveis com as etapas de desenvolvimento dos estudos e projetos necessários às demandas das obras, conforme as diretrizes estabelecidas pela Fundação Parques e Jardins – FPJ e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

Os produtos deverão ser apresentados de forma clara, organizada e compatível com os padrões técnicos exigidos pela Fundação Parques e Jardins, contendo todas as informações necessárias à adequada compreensão, análise e eventual execução das intervenções propostas.

Os produtos mínimos a serem entregues pela CONTRATADA são os seguintes:

10.3.4.1 Diagnóstico da Área de Intervenção

Elaboração de relatório técnico contendo a caracterização da área de intervenção, incluindo levantamento e análise das condições físicas, ambientais, urbanísticas e paisagísticas, bem como identificação das potencialidades, restrições e diretrizes para a implantação do parque urbano, praças e demais áreas verdes do município.

O diagnóstico deverá contemplar, sempre que aplicável:

- análise do contexto urbano e territorial;
- identificação de usos existentes;
- avaliação da cobertura vegetal;
- análise das condições ambientais e paisagísticas;
- registro fotográfico da área;
- identificação de condicionantes urbanísticas e ambientais.

10.3.4.2 Levantamento Topográfico

Entrega do levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral da área de intervenção, contendo a representação dos elementos existentes no terreno, conforme as especificações técnicas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

O material deverá conter:

- planta planialtimétrica e cadastral da área;
- representação de todos os elementos existentes no terreno;
- identificação da vegetação existente;
- indicação de cotas altimétricas;
- arquivos digitais editáveis em AUTOCAD, formato dwg, incluindo o CTB.

10.3.4.3 Anteprojeto

Elaboração do anteprojeto de implantação do parque urbano, contendo proposta preliminar de organização espacial da área, incluindo:

- definição do programa com as suas respectivas áreas;
- definição dos fluxos de circulação;
- setorização das atividades previstas no programa do parque;
- estudo de implantação dos equipamentos e mobiliários;
- estudo de massa da vegetação arbórea e arbustiva;
- representação gráfica da proposta.

10.3.4.4 Projeto Básico

Elaboração do Projeto Básico da intervenção, contendo os elementos necessários para a adequada compreensão e futura execução das obras, incluindo, no mínimo:

- planta geral de locação da intervenção;
- planta geral de pavimentação;
- planta de plantio com indicação da vegetação existente e proposta;
- cortes transversais e longitudinais necessários ao entendimento da solução projetual;
- vistas, detalhamentos construtivos e imagens ou fotomontagens dos elementos previstos no projeto, conforme necessidade.

10.3.4.5 Orçamento e Estimativa de Custos

Elaboração de estimativa orçamentária das intervenções propostas, contendo:

- planilha de quantidades e custos;
- composição de custos;
- estimativa de investimento para implantação do parque urbano, praças e demais áreas verdes municipais;
- memória de cálculo.

10.3.4.6 Entrega dos Produtos

Todos os produtos deverão ser entregues à Fundação Parques e Jardins – FPJ em formato digital, contendo:

- arquivos editáveis em AUTOCAD ou REVIT ou ainda ARCHICAD, incluindo arquivos eletrônicos necessários para plotagem do material;
- relatórios técnicos em formato digital;

- demais arquivos necessários ao entendimento dos estudos e projetos elaborados.

A fiscalização da Fundação Parques e Jardins será responsável pela análise, validação e aceite dos produtos apresentados, podendo solicitar ajustes ou complementações sempre que necessário para o adequado atendimento das diretrizes técnicas estabelecidas.

10.4 Gestão de Equipe

A equipe técnica (discriminada na planilha de custo anexa) a ser alocada para o desenvolvimento dos serviços deverá ser previamente submetida ao crivo da FISCALIZAÇÃO a fim de se verificar o atendimento ao estabelecido no Termo de Referência, ficando esta autorizada a determinar o imediato afastamento de qualquer profissional que esteja prejudicando o andamento ou a boa qualidade dos trabalhos.

10.5 Condições Complementares

10.5.1 Fornecimento de Informações

Para o levantamento e coleta de dados e informações, a Fundação Parques e Jardins - FPJ se compromete a estabelecer contatos com outros órgãos da Administração Pública, instituições diversas e empresas no sentido de facilitar a disponibilização de dados existentes, em todos os casos, a empresa CONTRATADA será responsável pelo recolhimento, reprodução e devolução desses dados.

10.6 Propriedade dos serviços

Todos os produtos dos serviços e seus suportes, inclusive resultados, informações e métodos desenvolvidos no contexto dos serviços, serão de propriedade exclusiva da Fundação Parques e Jardins -FPJ, cabendo a esta autorizar o uso e a divulgação da totalidade ou parte desses produtos.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1 Fiscalização Técnica e Administrativa

A FISCALIZAÇÃO do contrato será procedida por no mínimo 3 (três) servidores da Fundação Parques e Jardins - FPJ, especialmente designados para esse fim, conforme Art. 7º do Decreto Municipal 34.012/2011. A eles caberá a FISCALIZAÇÃO da execução dos serviços e a atestação de despesas, além de resolver e decidir todo e qualquer caso de dúvida que surja ou que não esteja previsto neste Termo de Referência.

A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas necessárias a facilitar o acesso da FISCALIZAÇÃO a todo e qualquer local de serviços, possibilitando o livre exercício de suas funções.

As execuções de todos os serviços deverão obedecer aos procedimentos contidos neste Termo de Referência, bem como aos termos previstos no contrato. Deverão ser observadas adicionalmente as normas, resoluções e instruções da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, normas técnicas da ABNT e demais dispositivos legais vigentes.

Fica reservado à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso, omissos, não previsto no contrato, nestas especificações e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com os serviços em questão e seus complementos, dentro dos limites de suas atribuições.

De modo algum, a atuação da FISCALIZAÇÃO eximirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA pelos defeitos de concepção, logística, atuação e execução dos serviços previstos. Só à CONTRATADA caberá a responsabilidade, devendo esta informar, por via documental, à FISCALIZAÇÃO qualquer ação que julgue incompatível com a boa técnica, devidamente justificada e fundamentada. A FISCALIZAÇÃO poderá acatar e deverá definir nova abordagem para solução do problema.

A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao objeto deste Termo de Referência e suas implicações próximas ou remotas, sempre em conformidade com o Contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela CONTRATADA providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento dos mesmos.

Este Termo de Referência, a Planilha de Orçamento e o Cronograma Financeiro são elementos que se complementam, devendo eventuais discordâncias serem resolvidas pela FISCALIZAÇÃO, com a mais adequada ordem de prevalência. A CONTRATADA deverá conservar uma cópia deste termo e das especificações e dos projetos, sempre à disposição da FISCALIZAÇÃO

11.2 Responsabilidades e Garantias

Reserva-se a FISCALIZAÇÃO o direito de impugnar o andamento dos serviços, desde que não satisfaçam o que está contido nestas especificações, obrigando-se a CONTRATADA a fornecer por sua conta o que for impugnado, refazendo tudo de acordo com as especificações e diretrizes de serviços.

A FISCALIZAÇÃO, no âmbito do gerenciamento de projetos e da execução de obras, possui legitimidade para aplicar sanções sempre que constatado o descumprimento de obrigações contratuais, normas técnicas, prazos estabelecidos ou diretrizes legais vigentes, nos termos da Lei nº 14.133. Tal prerrogativa decorre do dever de assegurar a adequada execução do objeto contratado, a qualidade dos serviços prestados e a proteção do interesse público ou institucional envolvido.

Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento ou ato da CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimentos das cláusulas e condições destas Especificações e do Contrato.

Deverá a CONTRATADA acatar de modo imediato às solicitações da FISCALIZAÇÃO, dentro do Contrato e seus Anexos.

11.3Cronograma

O cronograma físico financeiro faz parte integrante dos documentos de licitação. Porém, a Contratada deverá apresentar em até quinze dias uma atualização numa representação gráfica contendo o tempo de duração dos serviços a serem executados, prevendo sua integralização. Esse cronograma será submetido à aprovação da Fiscalização.

Os serviços previstos bem como o aluguel de equipamentos deverão ser realizados de acordo com a solicitação da Fiscalização. As medições serão, portanto, sujeitas à realização dos serviços solicitados e executados.

12. FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em 12 (doze) parcelas mensais após a aprovação do relatório mensal de execução dos serviços e mediante a regular liquidação da despesa.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1 O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente do(a) CONTRATANTE e obedecido o disposto na legislação.

13.2 Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

13.2.1 O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no item anterior sem que o CONTRATANTE esteja obrigado a pagar o valor total do Contrato.

13.3 A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, na forma do Anexo do Edital.

13.4 O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros calculados de acordo com a variação da Taxa Selic, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da CONTRATANTE e a data do efetivo pagamento, limitado ao percentual de 12% (doze por cento) ao ano.

13.5 O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado a taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente do (a) CONTRATANTE.

13.6 O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo(a) CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

14. MODALIDADE DA LICITAÇÃO

O certame será regido pela modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com base na Lei Federal nº 14.133/2021.

15. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

O critério adotado foi o de “menor preço global”, o que se justifica pela necessidade de contratação integrada do objeto, garantindo execução coordenada e evitando riscos decorrentes da fragmentação de responsabilidades.

Assim, os custos permanecem previsíveis e dentro dos limites originalmente orçados, privilegiando a economia de escala e redução de aditivos, além de preservar a qualidade e eficiência do conjunto de serviços, sem prejuízo de sua prestação pela necessidade de coordenação de equipes distintas.

15. FORMA DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA

15.1 A licitante deverá apresentar proposta de preços de acordo com as especificações deste Termo de Referência e nos moldes praticados pelo Município do Rio de Janeiro.

15.2 Os preços propostos deverão estar de acordo com os praticados no mercado e neles deverão estar inclusos todos os impostos, taxas, fretes, material, mão de obra, instalações e quaisquer outras despesas necessárias e não especificadas neste Termo de Referência, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta contratação.

16. ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS

Deverá ser concedida em até 30 (trinta) dias após o término dos serviços, pela Comissão de Fiscalização designada pela Fundação Parques e Jardins, composta de no mínimo 03 (três) servidores.

A garantia contratual será liberada ou restituída com o integral cumprimento do contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o Art. 465 do RGCAF.

17. DAS SANÇÕES

17.1 - A inexecução total ou parcial do contrato, bem como o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na legislação vigente,

especialmente na Lei nº 14.133/2021 e no Regulamento Geral do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – RGCAF, garantido o contraditório e a ampla defesa.

17.2 - Poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa, na forma prevista neste instrumento;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

17.3 - A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos causados à Administração, as circunstâncias agravantes e atenuantes, a reincidência e a vantagem auferida pela CONTRATADA.

17.4 - A multa será aplicada nas seguintes modalidades:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, nos primeiros 15 (quinze) dias de atraso na execução dos serviços. Após, o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,3% (três décimos por cento) até 0,4% (quatro décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, a partir do 16º (décimo sexto) dia útil de atraso na execução dos serviços.
- c) Após o 15º (décimo quinto) dia útil de atraso na execução do serviço, a Administração poderá optar pela extinção unilateral da avença e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.
- d) 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de recusa em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato.
- f) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;
- g) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.5 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 17.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

17.6 - A aplicação das sanções administrativas será precedida de regular processo administrativo, assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos da legislação vigente.

17.7 - Compete à autoridade administrativa competente a aplicação das sanções previstas neste instrumento, podendo a fiscalização do contrato propor sua aplicação, mediante relatório circunstanciado.

17.8 A multa aplicada poderá ser:

I – descontada dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA;

II – cobrada administrativamente; ou

III – cobrada judicialmente.

17.9 Na hipótese de aplicação de multa e inexistência de créditos a serem pagos à CONTRATADA, esta deverá recolher o valor correspondente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação.

17.10 O não recolhimento da multa no prazo estabelecido ensejará sua inscrição em dívida ativa, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

17.11 As sanções previstas neste capítulo não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, nos termos da legislação aplicável

18. DA EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

18.1. O contrato poderá ser extinto, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 529, do RGCAF, e no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada assegurada o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2. Constituem motivos para a rescisão unilateral do contrato, por parte da Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis:

I – o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – a lentidão no cumprimento do contrato que comprometa a sua execução;

III – o atraso injustificado no início dos serviços;

IV – a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

V – a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, sem autorização da Administração;

VI – o desatendimento das determinações regulares da fiscalização;

VII – o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

VIII – a decretação de falência ou insolvência civil da CONTRATADA;

IX – a dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

X – a alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato;

XI – razões de interesse público, devidamente justificadas pela autoridade competente;

XII – a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

18.3. A rescisão administrativa será formalmente motivada nos autos do processo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

18.4. A rescisão poderá ocorrer de forma amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, devidamente justificada.

18.5. A rescisão judicial ocorrerá nos termos da legislação aplicável.

18.6. A rescisão contratual poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções administrativas previstas no Capítulo 17, conforme a gravidade da infração.

19.DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Resultados Esperados

A contratação dos serviços descritos neste Termo de Referência tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da capacidade técnica e operacional da Fundação Parques e Jardins – FPJ, assegurando maior eficiência no planejamento, desenvolvimento de projetos e acompanhamento das intervenções urbanísticas e paisagísticas sob sua responsabilidade.

Espera-se, com a execução dos serviços, a melhoria da qualidade técnica dos estudos, diagnósticos e projetos voltados à implantação, revitalização e qualificação de parques, praças, montes de oração, jardins e demais áreas verdes da cidade do Rio de Janeiro, bem como o aprimoramento dos processos de planejamento, monitoramento e controle das intervenções executadas.

Dentre os principais resultados esperados destacam-se:

- I. Qualificação do planejamento urbano e paisagístico, por meio da elaboração de diagnósticos técnicos, levantamentos topográficos e projetos paisagísticos;
- II. Maior eficiência na elaboração e estruturação de projetos, possibilitando melhor organização das intervenções previstas pela Fundação Parques e Jardins;
- III. Aprimoramento do acompanhamento técnico das obras e serviços de conservação, contribuindo para maior controle da execução contratual e qualidade das intervenções realizadas;
- IV. Melhoria na gestão das informações técnicas relacionadas aos empreendimentos, por meio da sistematização de dados, relatórios e documentos técnicos;
- V. Ampliação da capacidade institucional da Fundação Parques e Jardins para planejar e estruturar espaços públicos de qualidade, contribuindo para a criação, revitalização e qualificação de áreas verdes urbanas.

Como resultado final, espera-se que as atividades desenvolvidas contribuam para a ampliação e qualificação dos espaços públicos verdes da cidade do Rio de Janeiro, promovendo ambientes urbanos mais sustentáveis, acessíveis e humanizados, em consonância com a missão institucional da Fundação Parques e Jardins de planejar e estruturar parques, praças e jardins que proporcionem melhor qualidade de vida à população carioca.

20.ANEXOS TÉCNICOS

Memória de Cálculo

Orçamento

Cronograma Físico Financeiro